

LETRAMENTO E INCLUSÃO: Letramento e Inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual

Autora: ELIANA SECCI LUIZ*
Orientadora: LETÍCIA VEIGA VASQUES**

RESUMO

O estudo discute a alfabetização e letramento das crianças com necessidades especiais (deficiência intelectual) e a importância social do letramento nos dias atuais. Sabe-se que na atualidade não basta só saber ler e escrever decodificando os símbolos. O domínio do alfabeto não é mais suficiente para a formação de leitores críticos, é preciso ir além disso. O aluno precisa ser letrado, crítico. Cabem reflexões sobre a alfabetização na atualidade e as práticas socioconstrutivistas. São discutidas a alfabetização e letramento das crianças com necessidades especiais (deficiência intelectual). Faz ainda reflexões acerca da necessidade de repensar os paradigmas na educação, nos estabelecimentos de ensino e a legitimação de padrões que definem o que é aprendizagem, alfabetização, letramento, paralisia cerebral, inclusão e normalidade. Este artigo se propõe a examinar a questão da diferença, repensando as práticas educacionais e a proposta de letramento dentro da inclusão escolar. Trata ainda da importância do letramento nas classes com alunos portadores de necessidades especiais e sua inclusão no ensino regular. Esse trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, permitindo pensar nas diferenças humanas e nas capacidades do indivíduo dentro da sua individualidade.

PALAVRAS CHAVES: alfabetização. inclusão escolar. paralisia cerebral.

1 INTRODUÇÃO

Através deste texto abre-se a discussão sobre a alfabetização e letramento das crianças com necessidades especiais (deficiência intelectual) e a importância social do letramento nos dias atuais. É sabido que na atualidade, não basta só saber ler e escrever decodificando os símbolos. O domínio do alfabeto não é mais suficiente para a formação de leitores críticos, é preciso ir além disso. O aluno precisa ser letrado, crítico. Então é preciso que façamos reflexões sobre a alfabetização na atualidade e as práticas socioconstrutivistas. Discutir a alfabetização e letramento das crianças com necessidades

especiais (deficiência intelectual). Há ainda reflexões acerca da necessidade de repensar os paradigmas na educação, nos estabelecimentos de ensino e a legitimação de padrões que definem o que é aprendizagem, alfabetização, letramento, deficiência intelectual, inclusão e normalidade.

Este texto se propõe a examinar a questão da diferença, repensando as práticas educacionais e a proposta de letramento dentro da inclusão escolar. Trata ainda da importância do letramento nas classes com alunos portadores de necessidades especiais e sua inclusão no ensino regular.

Não basta somente saber ler e escrever, a sociedade cobra muito mais que isso, então como incluir alunos com deficiência intelectual dentro desse contexto? A alfabetização e letramento garantem ou devem garantir aos cidadãos o direito à cidadania.

Esse trabalho foi desenvolvido por meio de observações feitas na escola onde há alunos com necessidades especiais desde 2007 e também através de pesquisas bibliográficas, permitindo pensar nas diferenças humanas e nas capacidades do indivíduo dentro da sua individualidade.

Neste artigo estuda-se a relação entre inclusão e exclusão e letramento e alfabetização no momento atual, na realidade social e educacional brasileira. O trabalho orienta-se pela perspectiva de Soares, M. (1998), Ferreiro, E & Teberosky (1985) e Vygotsky, L. S. (1989) e se estrutura nas seguintes seções: Inclusão de alunos com necessidades especiais (deficiência intelectual) na contemporaneidade; Escola e letramento: Inclusão?

2 INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS (DEFICIÊNCIA INTELECTUAL) NA CONTEMPORANEIDADE

O séc. XXI observa-se com as grandes mudanças mundiais, a revolução tecnológica, industrial e comunicações.

A abertura do comércio e a expansão dos meios de comunicação, juntamente com o avanço da tecnologia contribuíram para a aproximação entre os países e vivemos hoje em um mundo letrado e globalizado.

Mesmo vivendo em um mundo globalizado os indivíduos conservam sua singularidade e individualidade, daí a importância de discutir a diferença, como parte

constituente da vida. Ela só se enraíza e se desenvolve a partir e na relação com a diferença. Nesse contexto, chegamos à idéia de inclusão.

Até pouco tempo as crianças com necessidades especiais eram atendidas na Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), pois elas fugiam do padrão de normalidade exigido pela escola regular para a aprendizagem. Mas desde a Declaração de Salamanca, em 1994 (Brasil, 1987) e a normatização da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº. 9.394/96, cap. V, p. 2 da Educação Especial que diz: “Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais”.

Então não só as crianças com paralisia cerebral com deficiência intelectual, como também com outras deficiências passaram a ter o direito de frequentar à escola regular e a inclusão de alunos portadores de necessidades especiais está acontecendo de fato.

A inclusão social passa pela inclusão escolar. Tanto é verdade que os governos aplicam nos alunos uma prova (avaliação) no final do 3º e 5º ano do Ensino Fundamental e é cobrado dos professores que as crianças, mesmo as que têm necessidades especiais (deficiência intelectual por exemplo) tenham o mesmo nível de aprendizagem dos ditos normais. Não é feita uma avaliação especial para esses alunos com necessidades especiais. E essa avaliação entra em contradição com a inclusão porque esse aluno na maioria das vezes não consegue um resultado satisfatório.

Se a criança é portadora de paralisia cerebral, mesmo com a parte cognitiva preservada, como ocorre em vários casos, ela tem dificuldades motoras o que compromete a aprendizagem da escrita, então seu desenvolvimento será mais lento na aquisição de todas as aprendizagens.

A paralisia cerebral é definida como uma desordem do movimento e da postura devido a um defeito ou lesão do cérebro imaturo” (...). “A lesão cerebral não é progressiva e provoca debilitação variável da ação muscular, com resultante incapacidade da criança em manter posturas e realizar movimentos normais. (BOBATH, 1884, p.1).

Deve-se observar que a criança com paralisia cerebral apresenta comprometimentos diversos dentre elas as funções motoras que variam muito de uma criança para outra, dependendo das causas e da abrangência da deficiência.

A paralisia cerebral não é uma doença, ela é uma deficiência motora consequente de uma lesão no cérebro que afeta os movimentos do corpo. Ela pode afetar também a parte cognitiva da criança ou somente a parte motora. O desenvolvimento global de uma criança com paralisia cerebral será mais lento em todos os aspectos. A criança com paralisia cerebral tem dificuldade em movimentar-se, em explorar o ambiente. Dessa forma devemos propiciar a ela momentos do brincar, interagindo com ela sendo parte ou extensão do seu próprio corpo. “É o fazer com ela e não o fazer por ela.” (BRASÍLIA, MEC, SEESP, 2005, p. 20).

Diante dessa realidade como é possível avaliar essa criança dentro do padrão de normalidade? Percebe-se uma grande incoerência na elaboração e aplicação dessas avaliações.

Os governos ao mesmo tempo em que legitimam uma lei onde as crianças têm de ser incluídas, as exclui, pois elas não conseguem aprender no tempo das outras, no padrão de normalidade. O sistema educacional não se modifica, continua a exigir quantidade de produtividade, entre elas a competência da leitura e escrita.

Constata-se que as redes públicas de Minas Gerais, está disponibilizando um professor especializado para atender individualmente os alunos com paralisia cerebral e deficiência intelectual e outras necessidades, para que eles possam ter um desempenho próximo do padrão esperado.

A impossibilidade de ler e escrever faz com que esse aluno seja dependente e excluído do mundo contemporâneo, já que é pelas vias da leitura e escrita, que as informações circulam em grande rapidez. A leitura se faz necessária em todos os ambientes, desde ler o próprio nome, o nome de uma rua, até a interpretação de textos mais elaborados. A escrita também se faz necessária, desde assinar o nome até conseguir escrever textos formais em uma linguagem com a norma culta da língua.

Diante desse cenário, ser tecnicamente alfabetizado não basta. É preciso dominar, saber utilizar as possibilidades e variantes da língua, sabendo ler e escrever

diferentes textos. Cada vez mais a sociedade globalizada exige que os cidadãos sejam letrados e críticos. “É na vida social, na diversidade de situações em que a escrita se faz presente e assume significados que o letramento se constitui, se transforma e amplia”. (SOARES, 2000, 2001,2005).

As descobertas, problemáticas e desafios suscitam releituras e, portanto, redefinem o uso, funções, práticas e possibilidades de sentido da escrita.

Segundo Freitas (2008) o grande desafio, para que a inclusão possa acontecer de fato é respeitar as diferenças individuais de cada criança sendo ela especial ou normal. É oferecer oportunidades para que todas as crianças desenvolvam suas potencialidades.

3 ESCOLA E LETRAMENTO: INCLUSÃO?

A escola ainda é o lugar onde se inicia a alfabetização e onde as crianças sentem-se incluídas e desenvolvem trabalhos pedagógicos. Várias técnicas pedagógicas são desenvolvidas e analisadas em ambiente escolar e historicamente isso vem sendo um marco para a evolução da acessibilidade e do ser pedagógico.

No séc. XIX, o papel da alfabetização era “treinar” os indivíduos para trabalhar nas indústrias e assimilar os valores da classe dominante da época. Já no séc. XX a alfabetização se torna um instrumento de aceitação social e indicador do nível de desenvolvimento econômico das sociedades. (FREITAS, 2008).

A exigência do cidadão letrado é muito recente. Com a redemocratização da política brasileira nos anos 80, já não tinha sentido uma educação repressora, voltada para o interesse das elites. A escola deveria então formar cidadãos críticos, ativos, participativos que pudessem transformar sua realidade social. (FREITAS, 2008).

O ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado. (SOARES, 1998, p. 47)

As teorias construtivistas e socioconstrutivistas, embasadas por Jean Piaget (1982) e L.S. Vygotsky (1989), começaram a ser difundidas no meio educacional, pois vinham ao encontro dos anseios do momento político, por valorizarem o sujeito ativo, autor de sua aprendizagem.

Piaget (1982) em seus estudos e na observação sobre o comportamento de seus próprios filhos, concluiu que a criança tem o pensamento diferente do adulto, sendo assim o seu raciocínio e aprendizagem é diferenciado. Seu maior objetivo era entender como o conhecimento das crianças é construído. A contribuição que Piaget trouxe para a educação é de um valor indiscutível; nos seus estudos sobre o desenvolvimento da criança, pois esse é o principal objetivo da educação, que é promover o desenvolvimento integral do educando.

Podemos pensar dentro das pesquisas de Piaget (1982) que na alfabetização e letramento, tanto dos alunos ditos normais e ou daqueles que possuem necessidades especiais, no caso paralisia cerebral com deficiência intelectual que a aprendizagem varia muito de uma criança para outra; cada uma aprende no seu tempo, e a escola tem que respeitar o tempo da criança e repensar uma maneira de incluir realmente todos os alunos diante dessas diferenças.

Ferreiro (1985) seguidora de Piaget também trouxe importantes mudanças nos paradigmas da alfabetização. Através de suas pesquisas no México e Argentina, ela começou a considerar o “erro dos alunos” considerados do ponto de vista ortográfico, seriam etapas necessárias para o processo de aprendizagem e provou que as crianças passam por vários estágios na aprendizagem da escrita antes de se chegar à base alfabética.

O socioconstrutivismo, baseado nas contribuições de Vygotsky (1989) veio valorizar a importância do contexto no favorecimento das construções cognitivas. A mediação da aprendizagem é proporcionada através de situações colaborativas.

Soares (2005) alerta que se supervalorizou o sujeito pensante; e as especificidades do código lingüístico escrito e as normas específicas da língua ficaram esquecidas, e esse aprendizado depende, do ensino escolar (regras ortográficas e gramaticais).

Nesse sentido é como se o letramento se sobrepusesse à alfabetização: não importaria muito saber escrever segundo as normas gramaticais; o que valeria é o conhecimento de mundo, saber para que a escrita serve. Quanto à leitura, importaria o processo e o significado atribuído pelo aluno. Formam-se assim letrados e não alfabetizados. E isso é uma forma de exclusão. A escola deve promover o letramento sem

se esquecer do seu papel alfabetizador. A sociedade exige cada vez mais que os cidadãos sejam informados e formados quanto à leitura crítica da palavra e do mundo. A compreensão das informações e o domínio do idioma colaboram para a formação dos cidadãos e a afirmação de identidades e diferenças, comungam com a perspectiva da inclusão.

Se a igualdade é referência, podemos inventar o que quisermos para agrupar e rotular os alunos como deficientes. Mas se a diferença é tomada como parâmetro, não fixamos mais a igualdade como normas fazemos cair toda uma hierarquia de igualdades e diferenças que sustentam a normalização. Contrariar uma escola que se pauta pela igualdade de oportunidades é fazer a diferença, é reconhecê-la e valorizá-la. (MANTOAN, 2004, p. 32-33).

Precisa-se acreditar que as crianças com deficiência intelectual independente da dificuldade que possam ter são capazes de aprender e expressar o saber através da mediação do professor. O bom professor supera as dificuldades que enfrenta quando ele tem amor e realiza seu trabalho com compromisso e responsabilidade. O papel do professor é ajudar o aluno a construir, é mediar e oportunizar.

Não sabemos de antemão como e quanto alguém será capaz de aprender e por que meios alguém chegará a ser um pensador, um artista, um profissional, um artesão, um trabalhador, enfim. Nem a partir de que encontros com o outro e com a vida, com os fatos, alguém se pôs a pensar, a distinguir, a definir um caminho para a sua existência. (MANTOAN, 2004).

Sabe-se que a criança portadora de necessidades especiais (deficiência intelectual) vai encontrar dificuldades na interação com o meio, mas essas diferenças não podem ser entendidas como padrão de dificuldades, pois nem todas as crianças se enquadram nesse perfil. Já que existem formas diferentes de assimilação de conteúdo e aprendizagem a partir de uma consciência individual que leva em consideração aspectos familiares, culturais e socialização do meio em que vivem. A qualidade dos relacionamentos familiar e escolar será determinante para se descobrir as habilidades e possibilidades da criança na interação social e no aproveitamento escolar. Através da empatia e reconhecimento o aluno assimila melhor a consolidação de conteúdos se torna mais presente e eficaz. Dentro desse olhar não se pode fazer comparações e deve-se respeitar as diferenças e dar oportunidades para que ela se desenvolva, sendo ou não deficiente, para que esta criança possa construir a sua concepção de mundo.

Segundo pesquisas feitas é raro que as crianças com deficiência intelectual decorrente de paralisia cerebral consigam traçar a letra cursiva, pela própria dificuldade motora que apresentam; mas isso não impede que ela aprenda a escrever com a letra bastão.

As escolas devem oferecer oportunidades curriculares para os alunos com deficiência intelectual com diferentes potencialidades, interesses e capacidades. O material pedagógico usado em sala de aula precisa ser adequado para essas crianças e não devemos cobrar delas o que não são capazes de oferecer. Temos que propiciar a esses alunos o desenvolvimento de suas habilidades e competências de acordo com a sua capacidade motora e intelectual e um currículo que atenda as diferenças individuais.

Os procedimentos de avaliação dos alunos com deficiência intelectual devem ser revistos, buscando uma proposta que respeite o tempo de aprendizagem, o progresso, a construção dos conhecimentos de cada um, respeitando a sua individualidade.

As mudanças nos currículos e os novos projetos devem nascer dentro da própria escola, respeitando as diferenças que nela existam, seja de raça, etnia, culturas, interesses, deficiências, dificuldades de aprendizagem, etc.

Faz-se necessária à participação da família no ambiente escolar, com o objetivo de prestar suporte a esses alunos, nas atividades de aprendizagem e socialização, esse apoio se somará com os professores e especialistas.

O papel do professor nesse caso é ajudar essas crianças a realizar as atividades da vida diária, a ter cuidado com sua saúde e ter independência pessoal e social, pois até esse momento da nossa história são raros os alunos com problemas neurológicos que conseguem progresso para cursar o Ensino Médio e as Universidades. Falta apoio no processo de formação de professores, falta nas escolas equipes que dêem apoio e suporte pedagógico, terapêutico e psicológico, para que se possa realizar um trabalho eficiente, além de:

a) dificuldades que os alunos com deficiência intelectual encontram em ter escolas adaptadas e professores capacitados, que possam oferecer oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem;

b) dificuldades em ter um tratamento de reabilitação adequado;

c) problemas econômicos e culturais, super proteção desses alunos por suas famílias que lhe transmitem a ideia de que são incapazes.

Somente quando a escola tiver a capacidade de incluir, de respeitar as diferenças dando a esses alunos a igualdade de oportunidades; aqueles que hoje são excluídos dentro do sistema educacional e na vida social poderão ter condições de acesso e participação em todas as atividades cotidianas, no trabalho e lazer, garantindo a eles o direito à cidadania.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que os cidadãos sejam autônomos, críticos e reflexivos dentro da sociedade, não bastam somente à aprendizagem da leitura e escrita sem entendimento. O desafio da escola na atualidade é alfabetizar e letrar para que a inclusão de todos os alunos normais ou especiais possa acontecer de fato.

O socioconstrutivismo por valorizar uma aprendizagem significativa dentro de um contexto, é coerente na articulação dos processos de letramento e alfabetização.

Infelizmente muitos educadores têm interpretações equivocadas dessa teoria, o que faz com que os alunos fracassem na aprendizagem. Com o fracasso escolar acontece a exclusão.

Cabe então esclarecer algumas implicações no ensino da língua materna:

a) o socioconstrutivismo reprova as atividades mecânicas como cópia de exercícios, ensino da gramática, correspondência entre grafema/fonema.

b) Os textos ensinados devem ser significativos para os alunos, daí conclui-se que somente a escrita vivenciada no cotidiano deve ser ensinada.

O ensino da gramática, as cópias e fixação de exercícios, quando são apresentadas dentro de um contexto e sejam significativas, fazem parte do ensino e são importantes para a aprendizagem.

A escola tem responsabilidade em ensinar o conhecimento formal.

O saber contextualizado do letramento do aluno deve ser valorizado e servir de ponto de partida para que ele possa ampliar e sistematizar seus conhecimentos. O domínio da leitura e escrita tem que fazer com que os alunos sejam incluídos dentro da sociedade.

Quando a compreensão, o uso do idioma favorece a autonomia, a aquisição de direitos e amplia a comunicação, aí a alfabetização e letramento entram em consonância com a inclusão. No entanto quando o letramento é exigido como padrão (avaliação dentro dos ciclos de aprendizagem) em determinado tempo, faixa etária e ano escolar ocorre à exclusão: os letrados ganham o status de normalidade, e aqueles que ainda não conseguiram aprender dentro desse tempo, tornam-se alunos com necessidades especiais.

Sabe-se que todos os alunos ditos normais e especiais são capazes de aprender dentro da sua capacidade, mas é preciso esperar e respeitar o seu tempo, visto que no caso da paralisia cerebral com deficiência intelectual, uma criança que tem dificuldade motora levará mais tempo para aprender, isto é lógico, então como exigir que ela aprenda dentro do tempo dos outros alunos dito normais? Faz-se necessário respeitar essas diferenças e não taxar a criança de incapaz. Soares (1987) já fazia críticas na década de 80 a esse respeito. Quando o aluno é carente, tem um déficit lingüístico é excluído socialmente por seu vocabulário e fala serem diferentes do padrão da norma culta da língua.

Na atualidade, corre-se o risco de marginalizar e excluir os alunos com paralisia cerebral e deficiência intelectual devido à insuficiência que eles possam ter no letramento. Definir o que é necessidade especial, dificuldade de aprendizagem é uma tarefa delicada e muito complexa.

A alfabetização pelo valor social que tem, seu maior ou menor domínio acarreta em inclusões/exclusões. Usá-la para definir o que é normalidade e deficiência desconsiderando o contexto, corremos o risco de compreender as defasagens como problemas individuais.

O grande desafio é fazer questionamentos nas práticas escolares, no sentido da escola, na educação e no ensinar/aprender.

ABSTRACT

LITERACY AND INCLUSION: Literacy and School inclusion of students with intellectual disabilities

The study discusses literacy of children with special needs (intellectual disability) and social importance of literacy today. We know - that today it is not enough just to read and write decoding the symbols. The alphabet domain is no longer sufficient for the formation of critical readers, it must go further. Students need to be literate, critical. Fit reflections on literacy today and socioconstrutivistas practices. They are discussed literacy of children with special needs (intellectual disability). There are still reflections on the need to rethink the paradigms in education, in schools and the legitimacy of standards that define what is learning, literacy, cerebral palsy, inclusion and normality. This article proposes to examine the question of difference, rethinking the educational practices and the proposal of literacy within the school inclusion. It is also of the importance of literacy in classes with students with special needs and their inclusion in mainstream education. It was developed through bibliographic research, allowing think about human differences and the abilities of the individual with in your individuality.

Keywords: literacy, school inclusion, cerebral palsy

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, U.F. **O déficit cognitivo e a realidade brasileira**: São Paulo, 1998.

B. BOBATH. **1963. A atividade postural reflexa anormal causada por lesões cerebrais**. São Paulo, Editora Manole. Guberina, P. 1984.

BRASIL: MEC, SEESP. **Saberes e práticas da inclusão**: dificuldades de comunicação e sinalização: deficiência física. 3ª ed. 2005.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Justiça. Secretária Nacional dos Direitos Humanos. **Declaração de Salamanca, e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. 2. ed., Brasília: CORDE, 1987.

CARMO, Rosângela Branca do. **Conceituação e história da alfabetização**. São João del-Rei, MG: UFSJ, 2008.

FERREIRO, E. & Teberosky, A **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FREITAS, Ana Beatriz Machado de, **Letramento e inclusão social e escolar**: Inclusão: Revista da Educação especial, Brasília, v.4, n.2, p. 30-37, jul./out.2008.

MANTOAN, M.T.E. **Caminhos pedagógicos na educação inclusiva**. In: GAIO, R. & MENEGUETTI, R.G.K. (orgs). Caminhos pedagógicos da educação Especial. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 79.

PIAGET, Jean; INHELDER, Bärbel. **A psicologia da criança**. São Paulo: DIFEL, 1982.

SOARES, M. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 1987.

----- **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

----- **Letrar é mais que alfabetizar**. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 26 de novembro 2000.

----- **Letramento**: um tema em três gêneros. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

----- **Letramento e alfabetização**: as muitas facetas. In: 26ª REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 2003. Poços de Caldas. GT Alfabetização, Leitura e escrita. Poços de Caldas, 2003. Disponível em: http://www.Anped.org.br/26/outros_textos/semagdasoares.doc. Acesso em 21 fev. 2010.

----- **Alfabetização e Letramento**. São Paulo. Contexto, 2004.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.